



# Câmara Municipal de Ilha Comprida

AUTÓGRAFO Nº 091/2022

(Projeto de Lei nº 104/2022)

**REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS EM VIRTUDE DE NASCIMENTO, MORTE, SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA E DE CALAMIDADE PÚBLICA, NO ÂMBITO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Andressa Marques Moreira Ceroni**, Presidente da Câmara Municipal de Ilha Comprida/SP, no uso das atribuições legais e com fulcro no dispositivo no inciso V do artigo 26 da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal em sua 25ª Sessão Ordinária, realizada em 16 de agosto de 2022, aprovou por oito votos favoráveis, o Projeto de Lei nº 104/2022, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, Geraldino Barbosa de Oliveira Junior, com a seguinte redação:

## **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denomina Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

**Art. 2º** Os benefícios eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos e são prestados aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Ilha Comprida, em virtude de morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

**Parágrafo único.** Na comprovação das necessidades para concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

**Art. 3º** São formas de benefícios eventuais:

I- auxílio funeral;

II-benefícios eventuais complementares para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária; e,

III- situações de calamidade pública.



# Câmara Municipal de Ilha Comprida

**Art. 4º** O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência pode provocar riscos e fragilizar a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

**§ 1º** Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, o técnico responsável pelo atendimento dos benefícios eventuais terá autonomia para a concessão de benefício, por meio de justificativa por escrito, a qual deverá ser juntada ao estudo socioeconômico com parecer social.

**§ 2º** Os benefícios eventuais poderão ser concedidos cumulativamente.

## **CAPÍTULO II**

### **DA DEFINIÇÃO DE RENDA PARA A CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

**Art. 5º** Para fins do disposto nesta lei:

I- considera-se renda familiar o somatório da renda individual dos moradores do mesmo domicílio;

II- renda familiar per capita é calculada dividindo-se o total de renda familiar pelo número de moradores de uma residência;

III- para cálculo da concessão do benefício será contabilizado a renda per capita de acordo com o salário mínimo federal vigente do ano.

## **CAPÍTULO III**

### **DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS**

**Art. 6º** Para a concessão de qualquer um dos benefícios eventuais, o interessado deverá cumprir as exigências descritas nesta lei.

**Art. 7º** O procedimento para caracterização do direito ao recebimento dos benefícios eventuais obedecerá a elaboração e/ou atualização no Cadastro Único pela equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

**Parágrafo único.** Caberá às equipes técnicas do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do órgão Gestor, a emissão de parecer técnico pela concessão ou não dos benefícios com a autorização de concessão pelo Gestor Municipal de Assistência Social.

## **CAPÍTULO IV**

### **Seção I**

#### **Do benefício de auxílio funeral**

**Art. 8º** O benefício eventual, na forma de auxílio-funeral, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em prestação de serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.



# Câmara Municipal de Ilha Comprida

- § 1º** O alcance do benefício funeral, preferencialmente, será distinto em modalidades que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária, através do custeio das despesas que deverão cobrir urna funerária com fornecimento de caixões e urnas mortuárias; Remoção e transporte de cadáveres de munícipes cadastrados no CRAS que estejam fora do município para o município, sendo proibido o deslocamento de munícipes cadastrados ou não para outros municípios/estados. Ornamentação e instalação mortuária de qualquer espécie; Transporte de esquife ou similar; Transporte de coroas e flores nos cortejos fúnebres; Transporte de acompanhantes de cortejos fúnebres, diretamente ou através de terceiros; Realização de velório ou similar em salas próprias ou no Velório Municipal de propriedade da Prefeitura do Município de Ilha Comprida; Providências administrativas para Registro de óbitos em cartórios de Registro Civil; Representação da família no encaminhamento de requerimento e outros documentos junto aos órgãos competentes, bem como para remoção nacional e traslado do corpo, dentre outros serviços inerentes.
- § 2º** O município deve garantir a existência de plantão 24 horas, para o requerimento e concessão do benefício funeral, podendo este ser prestado diretamente pelo órgão gestor ou indiretamente, em parceria com outros órgãos ou instituições.
- § 3º** O benefício de auxílio funeral deve ter como referência o valor das despesas previstas no processo licitatório vigente;
- § 4º** Para fazer jus ao auxílio funeral, o beneficiário não poderá possuir Convênio de Assistência funeral.
- Art. 9º** Terá direito ao benefício eventual de auxílio funeral previsto nesta seção, o beneficiário, cuja família tenha como renda per capita igual ou inferior a  $\frac{1}{2}$  (meio) salário mínimo federal vigente ou em situação de vulnerabilidade social, devendo a família ser cadastrada no CRAS do município.
- Art. 10.** São documentos essenciais para o auxílio funeral:
- I- atestado de óbito;
  - II- comprovante de residência no município na data do óbito do "de cujus";
  - III - comprovante de cadastro do CRAS de todos os membros da residência do "de cujus";
  - IV - carteira de identidade e CPF de todos os membros da residência do "de cujus";
  - V - declaração de não ser beneficiário de qualquer tipo de seguro de vida;
  - VI- o requerente deverá comprovar que habitava na mesma residência e que era cônjuge, companheiro, filho, pai, mãe, tutor, curador ou que tinha a guarda legal do "de cujus";
  - VII- se o "de cujus" era pessoa que residia sozinha, o requerente poderá ser o mesmo que declarar o óbito perante o Cartório de Registro Civil, devidamente identificada e que, em qualquer das situações, preencha o requisito do art. 9º desta lei.
- Parágrafo único.** Os casos não previstos passarão por análise pela equipe técnica da Assistência Social.



# Câmara Municipal de Ilha Comprida

**Art. 11.** No caso do corpo não se encontrar neste Município, será garantido o deslocamento de ida e volta, para transporte do corpo.

**Parágrafo único.** Não será permitido, em qualquer hipótese, de munícipes que não sejam cadastrados no CRAS do município de Ilha Comprida.

## Seção II

### Benefícios eventuais complementares por vulnerabilidade social temporária

**Art. 12.** Os Benefícios Eventuais Complementares por vulnerabilidade temporária são:

- I- auxílio alimentação;
- II- auxílio viagem;
- III- auxílio transporte coletivo.

**Art. 13.** O Auxílio alimentação consiste no fornecimento de cesta básica em caráter emergencial, a ser concedida pelo período de até 3 (três) meses, prorrogáveis por mais 3 (três) meses, mediante prévio e favorável parecer técnico de assistente social e/ou psicólogo da equipe de referência dos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social e do Órgão Gestor do Departamento de Desenvolvimento Social e se destinará a suprir a faltas advindas da impossibilidade do indivíduo de arcar com a sua sobrevivência ou de sua família, caracterizando-se suporte para reconstruir sua autonomia no momento de vulnerabilidade e de risco social e terá, preferencialmente, os seguintes critérios:

- I - desemprego, morte e ou abandono pelo membro que sustenta o grupo familiar;
- II - no caso de emergência e calamidade pública;
- III - grupos vulneráveis.

**Art. 14.** O Auxílio Viagem se constitui em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, em passagem, de forma a garantir ao cidadão e as famílias condições dignas de retorno à cidade de origem, em situação de doenças ou morte de parentes ascendentes ou descendentes em outras cidades ou quando crianças ou adolescentes estão em situação de ameaça à vida.

I- as passagens serão concedidas mediante prévio e favorável parecer técnico de assistente social e/ou psicólogo das equipes de referência dos CRAS e Órgão Gestor;

II- o alcance do benefício auxílio viagem é destinado às famílias e será, preferencialmente, concedido passagens rodoviárias intermunicipais;

## Seção III

### Das calamidades públicas

**Art. 15.** Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, alagamentos, inversão térmica, desabamento, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes.



# Câmara Municipal de Ilha Comprida

- Art. 16.** Enquadra-se como medida emergencial a concessão dos seguintes benefícios eventuais:
- I- abrigos adequados;
  - II- alimentos e material de higiene pessoal e doméstica;
  - III - cobertores e colchões.

**Parágrafo único.** No caso de calamidades, situações de caráter emergencial, devem ser realizadas uma ação conjunta das políticas setoriais municipais, no atendimento aos cidadãos e as famílias beneficiárias.

## CAPÍTULO V DA GESTÃO, CONCESSÃO E COMPETÊNCIAS

- Art. 17.** A gestão administrativa e financeira do Benefício Eventual é de competência do órgão gestor municipal de assistência social, entretanto a concessão do benefício eventual ao usuário deve ser realizada na unidade descentralizada de Proteção Social Básica - CRAS - Centro de Referência da Assistência Social;

- Art. 18.** A família ou a pessoa deverá estar ou ser cadastrada no Cadastro único na concessão dos benefícios eventuais.

**Parágrafo único.** Os Benefícios em Situação de Calamidade Pública será adotado a elaboração de ficha social específica na concessão do benefício.

- Art. 19.** Cabe ao órgão gestor:

- I- atualizar a regulamentação dos Benefícios Eventuais de acordo com as novas regras, com a participação do Conselho Municipal de Assistência Social/CMAS e da equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS na construção da proposta;
- II- destinar recursos para custeio dos benefícios eventuais;
- III- a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu funcionamento;
- IV- a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;
- V- expedir e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;
- VI- capacitar à equipe técnica;
- VII- estabelecer fluxo de informações, atendimento e registro das concessões; VIII - elaborar e manter atualizado e de fácil acesso relatórios mensais;
- VIII- realizar monitoramento e avaliação dos Benefícios Eventuais concedidos;
- IX- As despesas decorrentes com os benefícios eventuais deverão constar na Lei Orçamentária do Município, prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, a cada exercício financeiro.



## Câmara Municipal de Ilha Comprida

- Art. 20.** Os órgãos responsáveis pela definição ou indicação das famílias a serem beneficiadas, poderão determinar, a qualquer tempo, visita de técnico à residência ou requerer a apresentação de documentos adicionais para comprovação das condições que deram origem ao benefício, ou ainda adotar quaisquer outras providências necessárias à correta aplicação dos recursos utilizados pelas famílias beneficiárias.
- Art. 21.** Ao beneficiário ou servidor público que concorra em ato ilícito, inserindo ou fazendo inserir declaração falsa em documento que deva produzir efeitos perante esta regulamentação, aplicar-se-á multa correspondente ao dobro dos valores dos benefícios ilegalmente pagos, corrigidos monetariamente pelo mesmo índice utilizado para correção dos tributos municipais ou outro que vier a ser substituí-lo, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis.
- Art. 22.** Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social fornecer ao órgão gestor informações sobre irregularidades na execução dos benefícios eventuais, bem como avaliar e reformular, a cada ano, os benefícios eventuais.
- Art. 23.** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 24.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
**ANDRESSA MARQUES MOREIRA CERONI**  
Presidente da Câmara



# Câmara Municipal de Ilha Comprida

## ANEXO ÚNICO

### Requerimento

Ilmo (a) Senhor (a)

Departamento de Desenvolvimento Social de Ilha Comprida/SP.

Eu, \_\_\_\_\_, Estado Civil \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, Residente e domiciliado na cidade de Juquiá, Rua: \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, venho requerer a Vossa Senhoria, de acordo com a Lei Municipal nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ que me conceda o benefício eventual na modalidade abaixo indicada:

I - Auxílio Funeral ( )

II - Auxílio para situações de Vulnerabilidade Temporária ( )

III- Auxílio para situações de Calamidade Pública ( )

A documentação apresentada exigida pelo Departamento Desenvolvimento Social foi devidamente apresentada e analisada por profissional que compõe a equipe de trabalhadores do CRAS e do Órgão Gestor da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida/SP

Nestes termos, Peço Deferimento.

Ilha Comprida, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Requerente